

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Nilo Peçanha, nº 620 - Bairro Petrópolis
Natal-RN, CEP 59012-300
- <http://huol-ufrn.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23526.004890/2025-61

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a **contratação de empresa para realização de Serviços Gráficos, conforme descrição detalhada abaixo:**

Grupo	Item	CATSER	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Interna	Quantidade Externa	Quantidade TOTAL
	1	17388	BACKDROP COM ESTRUTURA DE METALON MAIS LONA MEDINDO 2,00 DE ALTURA X 2,5 DE LARGURA. O CONTEÚDO DA ARTE SERÁ FORNECIDO PELO CONTRATANTE.	Un	10	4	14
	16	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO CARTÃO IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL PVC, TAMANHO 8,5CM X 5,4CM, TIPO IMPRESSÃO FRENTE/VERSO.	Un	800	200	1000
	17	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 4 X 1CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	400	1000	1400
	18	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 40 X 20CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	1500	150	1650
	19	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 6 X 2CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	400	300	700
	20	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 60 X 60CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	50	-	50
	21	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 70 X 15CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	200	-	200
	22	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 8,5 X 4,5CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO REFILADO	Un	3000	200	3200

1	23	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 9 X 6,5CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL.	Un	1200	1370	2570
	24	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE ADESIVOS TAMANHO 98 X 93CM EM PAPEL ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO COM FACA E CORTE ESPECIAL	Un	10	50	60
	29	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE PRENDEDOR PARA CRACHÁ, MATERIAL POLIÉSTER COR VERDE LIMÃO, COMPRIMENTO 85CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, ESPESSURA 11MM, COMPONENTES E PRENDEDOR DE AÇO TIPO JACARÉ.	Un	500	220	720
	40	17388	IMPRESSÃO - SERVIÇO DE IMPRESSÃO/ PLOTAGEM GRÁFICA COLORIDA DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, INCLUSO DOBRAGEM CONFORME ABNT. IMPRESSÃO A LASER OU TINTA TÉRMICA EM PAPEL SULFITE BRANCO, GRAMATURA MÍNIMA 75G/M², RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 1200 DPI X 1200 DPI (PONTOS POR POLEGADA QUADRADA), A PARTIR DE ARQUIVOS DIGITAIS A SEREM FORNECIDOS PELO CONTRATANTE. UNIDADE: M².	Un	25	7	32
	41	17388	PRODUÇÃO GRÁFICA DE BANNER, TAMANHO 120 X 90CM, IMPRESSÃO COLORIDA, SOBRE LONA. ACABAMENTO COM DUAS HASTES, UMA EM CADA EXTREMIDADE, SENDO UMA COM CORDA DE SUSTENTAÇÃO PARA SUPORTE.	Un	100	61	161
	42	17388	PRODUÇÃO GRÁFICA DE BANNER, TAMANHO 150 X 150CM, IMPRESSÃO COLORIDA, SOBRE LONA. ACABAMENTO COM DUAS HASTES, UMA EM CADA EXTREMIDADE, SENDO UMA COM CORDA DE SUSTENTAÇÃO PARA SUPORTE.	Un	100	4	104
	43	17388	SELO ADESIVO EM VINIL COLORIDO PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS 7 X 4CM.	Un	1000	-	1000
	2	17388	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VISITAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHO GRAMATURA 200G A 250G TAMANHO 9 X 5CM.	Un	300	-	300
	9	17388	CÓPIA COLORIDA TAMANHO PAPEL A3.	Un	1000	1540	2540
			CÓPIA COLORIDA TAMANHO				

2	10	17388	PAPEL A4.	Un	1000	450	1450
	11	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CORREÇÃO E IMPRESSÃO DE BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITUÁRIO MÉDICO (TIPO B) AZUL SUPER BOND AZUL 75G, 50 X 1 (UMA VIA) TAMANHO 22,5 X 7,7CM IMPRESSÃO 1X 0 COR, NUMERADO, PICOTADO E COLADO.	Un	1500	200	1700
	12	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CORREÇÃO E IMPRESSÃO DE BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO RECEITUÁRIO MÉDICO AZUL (TIPO B2), 75G, 50 X 1 (UMA VIA), TAMANHO 22,5 X 7,7CM, IMPRESSÃO 1 X 0 COR, NUMERADO, PICOTADO E COLADO.	Un	1500	-	1500
	13	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CORREÇÃO E IMPRESSÃO DE BLOCOS DE RECEITUÁRIO MÉDICO, (RETINOIDE) EM PAPEL AUTO COPIATIVO, BLOCO 50 X 2 (DUAS VIAS) 1ª VIA DE COR BRANCA, 2ª VIA DE COR AZUL, TAMANHO 20,5 X 15CM IMPRESSÃO 1 X 0 COR, NUMERADOS, PICOTADOS E COLADOS.	Un	200	50	250
	14	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CORREÇÃO E IMPRESSÃO DE BLOCOS DE RECEITUÁRIO MÉDICO, (TALIDOMIDA) EM PAPEL AUTO COPIATIVO, BLOCO 50 X 2 (DUAS VIAS) 1ª VIA DE COR BRANCA, 2ª VIA DE COR AMARELO, TAMANHO 20,5 X 15CM IMPRESSÃO 1 X 0 COR, NUMERADOS, PICOTADOS E COLADOS.	Un	100	-	100
	15	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CORREÇÃO E IMPRESSÃO DE PANFLETOS TAMANHO 20 X 20CM EM PAPEL COUCHÊ GRAMATURA 170G IMPRESSÃO 4 X 4 CORES, ACABAMENTO DOBRADO.	Un	300	5050	5350
	25	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CARTAZ TAMANHO 64X 45CM EM PAPEL COUCHÊ GRAMATURA 170G IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO REFILADO.	Un	20	10	30
	26	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CERTIFICADO, COM IMPRESSÃO E ACABAMENTO, IMPRESSO EM PAPEL PÉRSICO GRAMATURA 180G, 4/0 CORES, TAMANHO 29,7 X 21CM. ARTE FINAL FORNECIDA PELO CONTRATANTE.	Un	100	150	250
	34	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CARTAZ EM PAPEL A2 TAMANHO 59,4 X 42CM, EM 4/0 CORES, NO PAPEL COUCHÊ FOSCO GRAMATURA 115G. ARTE FINAL FORNECIDA PELO	Un	20	50	70

			CONTRATANTE				
	38	17388	ENCADERNAÇÃO ESPIRAL Nº 08, 12, 14, 20 COM CAPA.	Un	20	322	342
	39	17388	ENVELOPE TIMBRADO/PERSONALIZADO TAMANHO 30 X 22CM.	Un	700	13100	13800
3	3	17388	CONFECCÃO DE LIVRO, FORMATO FECHADO TAMANHO 21 X 15CM. MIOLO COM APROXIMADAMENTE 450 PÁGINAS, PODENDO VARIAR 20% PARA MAIS OU PARA MENOS, 1 X 1, PAPEL OFFSET GRAMATURA 75G/M2, ACABAMENTO LOMBADA QUADRADA. CAPA E CONTRACAPA COLORIDAS, COM UMA ORELHA DE CADA LADO DE 6CM: 21 X 15CM, 4 X 0, PAPEL COUCHÊ FOSCO TAMANHO GRAMATURA 230G/M2 COM LAMINAÇÃO FOSCA. ACABAMENTO: REFILE. ARTE FINAL FORNECIDA PELO CONTRATANTE.	Un	50	20	70
	7	17388	CONFECCÃO DE LIVRO, FORMATO FECHADO TAMANHO 29,7 X 21 X 21CM. MIOLO APROXIMADAMENTE 150 PÁGINAS, PODENDO VARIAR 20% PARA MAIS OU PARA MENOS, 4 X 4, PAPEL COUCHÊ FOSCO GRAMATURA 90G, ACABAMENTO LOMBADA QUADRADA. CAPA: A4 TAMANHO 29,7 X 21CM, 4 X 4, PAPEL CARTÃO GRAMATURA 300G, LAMINAÇÃO FOSCA FRENTE. ACABAMENTO: REFILE. ARTE FINAL FORNECIDA PELO CONTRATANTE.	Un	50	18	68
	27	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE FOLDER TAMANHO 31,5 X 22CM EM PAPEL COUCHÊ GRAMATURA 170G, 4 X 4 CORES ACABAMENTO DOBRADO.	Un	5000	2510	7510
	28	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE INFORMATIVO TAMANHO TABLOIDE (54 X 43CM) ABERTO (43 X 27CM) FECHADO COM 24 PÁGINAS EM PAPEL COUCHÊ FOSCO GRAMATURA 170G IMPRESSÃO 4 X 4 CORES, ACABAMENTO DOBRADO, INTERCALADO E GRAMPEADO.	Un	50	-	50
	36	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO, CARTILHA FORMATO FECHADO EM A5 TAMANHO 21 X 14,8CM, MIOLO COM ATÉ 25 PÁGINAS, 4 X 4, PAPEL COUCHÊ FOSCO GRAMATURA 115G, ACABAMENTO GRAMPO, DOBRADO. CAPA: A5 TAMANHO 21 X 14,8CM, 4 X 4, PAPEL COUCHÊ FOSCO GRAMATURA 170G, LAMINAÇÃO BOPP FOSCO TOTAL FRENTE E VERSO.	Un	50	100	150

			ACABAMENTO: REFILE, ARTE FINAL.				
	37	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, DIAGRAMAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE REVISTA CIENTÍFICA TAMANHO 32 X 23 CM COM 300 PÁGINAS INCLUINDO CAPA, SENDO MIOLO EM PAPEL OFF-SET 90GR IMPRESSÃO 4 X 4 CORES, CAPA EM PAPEL SUPREMO GRAMATURA 250G IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, ACABAMENTO PLASTIFICADA, COLADA HOTMELT E COSTURADA.	Un	50	50	100
4	4	17388	CONFECÇÃO DE PASTA, COM 2 BOLSAS INTERNAS, TAMANHO 46,5 X 32CM ABERTO, EM PAPEL TRIPLEX GRAMATURA 300G, IMPRESSÃO EM 4/0 CORES, BOLSA INTERNA COM TAMANHO 21 X 13CM. ACABAMENTO: VINCO COM LOMBADA DE 2 CM, LAMINAÇÃO FOSCA BOPP F/V E VERNIZ LOCALIZADO FRENTE. ARTE FINAL FORNECIDA PELO CONTRATANTE.	Un	50	1000	1050
	5	17388	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÃO PERSONALIZADO, COM PAUTA 142X198MM SERRILHADO 20 FOLHAS.	Un	100	3130	3230
	6	17388	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES, TAMANHO 210 X 150MM, PAPEL AP GRAMATURA 90G, IMPRESSÃO 4/0 CORES, ACABAMENTO COLADO NA CABEÇA, 35 X 1 VIA. ARTE FINAL FORNECIDA PELO CONTRATANTE.	Un	100	3650	3750
	8	17388	CONFECÇÃO DE PASTA PERSONALIZADA COM BOLSA EM PAPEL COUCHÊ GRAMATURA 30G TAMANHO 31 X 22 CM.	Un	100	9350	9450
	30	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE AGENDA PERSONALIZADA, TIPO EXECUTIVO, REVESTIMENTO CAPA PAPELÃO, QUANTIDADE FOLHAS 352 FL, GRAMATURA 1200 G/M2, COMPRIMENTO 148 MM, TIPO ENCADERNAÇÃO COSTURADA, LARGURA 205 MM, TIPO PAPEL MIOLO OFF SET, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO EXECUTIVA DE MESA, QUANTIDADE PÁGINAS 352, FORMATO FOLHAS 14X20 CM	Un	200	460	660
	31	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE BOTON COM ALFINETE, FORMATO REDONDO, DIÂMETRO 3,5CM, PRENSADO SOBRE BASE DE METAL COM IMPRESSÃO COLORIDA E ACABAMENTO PLASTIFICADO COM PELÍCULA EM POLIÉSTER.	Un	1000	2600	3600

32	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CANETA PERSONALIZADA, TIPO ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE DE CARGAS 01 UNIDADE, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETRÁTIL, CLIPE.	Un	200	1610	1810
33	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CANETA PERSONALIZADA, TIPO ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE DE CARGAS 01 UNIDADE, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA FINA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEXTAVASADO, TRANSPARENTE, CÁPSULA SUSTENTAÇÃO LATÃO.	Un	200	2650	2850
35	17388	DIGITAÇÃO, ARTE FINAL, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE CHAVEIRO, MATERIAL METAL, FORMATO REDONDO, TAMANHO 5 X 4CM, TIPO GRAVAÇÃO A LASER, APLICAÇÃO USO GERAL.	Un	200	1790	1990

1.2. Será utilizada a modalidade de licitação denominada Pregão eletrônico, no Sistema Registro de Preços, com validade de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, tendo em vista que o serviço a ser prestado enquadra-se na classificação de serviço comum, conforme preconizado no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no inciso IV do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.1.2. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.3. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.4. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

2.1.5. [Decreto nº 11.462](#), de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.6. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;

2.1.7. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);

2.1.8. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);

2.1.9. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);

2.1.10. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-EBSEH (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.11. Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSEH - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

2.1.12. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. (Aplicável no que

couber.);

2.1.13. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025;](#)

2.1.14. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.15. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.1.16. [Decreto nº 9.507](#), de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.1.17. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.18. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.19. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Hospital Universitário Onofre Lopes, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, enquanto instituição de referência, é fundamental que mantenha uma comunicação eficiente com seus empregados e a comunidade em geral.

3.2. Nesse contexto, a contratação de um fornecedor de serviços gráficos se faz necessária para suprir diversas demandas relacionadas à comunicação visual da empresa. Abaixo estão alguns pontos que justificam essa necessidade:

a) Identidade visual: o Huol deve possuir uma identidade visual consistente e bem definida para transmitir sua imagem institucional de forma adequada. Isso inclui logotipos, cores, fontes e outros elementos visuais que devem ser aplicados em todos os materiais gráficos produzidos pela empresa.

b) Materiais informativos: o Huol necessita produzir diversos materiais informativos, como folhetos, cartazes, folders e banners, que divulguem seus serviços, programas de saúde, campanhas de conscientização e eventos. Esses materiais são essenciais para informar pacientes, visitantes e profissionais sobre os recursos disponíveis nos hospitais administrados pela empresa, além de promover a prevenção e a educação em saúde.

c) Material promocional: o Huol pode promover eventos, cursos, palestras e outras atividades relacionadas à saúde, que necessitam de materiais promocionais específicos, como convites, banners promocionais e certificados. Esses materiais são importantes para atrair participantes e comunicar os detalhes e informações relevantes sobre esses eventos.

d) Relatórios e documentos institucionais: o Huol produz uma variedade de relatórios e documentos institucionais, como relatórios de gestão, manuais, guias de conduta e informativos internos. Esses materiais devem ser produzidos de forma profissional e visualmente atraente, transmitindo a credibilidade e a seriedade da instituição.

e) Emissão de receituários médicos/documentos de saúde: o Huol enquanto instituição hospitalar, disponibiliza receituários e solicitações de exames e demais documentos relacionados à assistência à saúde, e para que haja uniformização e atendimento aos regramentos da vigilância sanitária, tal documentação deve seguir um regramento gráfico.

3.3. Portanto, a contratação de serviços gráficos é uma necessidade evidente para a Ebserh, visando melhorar a comunicação, fortalecer a imagem institucional, promover a saúde e proporcionar uma experiência positiva aos pacientes e colaboradores.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Os itens objeto do presente registro de preços caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.2. A descrição detalhada dos itens e quantitativos estimados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, constam no ANEXO V - Relatório (Externo) de Materiais Licitados (55667520) deste Termo de Referência.

4.3. Esclarece-se que todos os itens estão identificados com o código dos materiais, com base no Catálogo de Material do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Catmat do Siasg), e com o código do Catálogo Padronizado de Produtos para Saúde da Rede Ebserh.

4.4. **Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.**

5. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

5.1. Em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias.

5.2. A presente contratação terá como mecanismo o parcelamento do objeto, **devendo os 43 itens serem agrupados em 4 grupos, por serem atividades afins, as quais serão demandadas conforme a ordem de serviço, visando à economicidade e a eficiência na administração da contratação.**

5.3. A justificativa para agrupar os itens se baseia nos fatores abaixo:

a) Eficiência na execução: agrupar itens semelhantes ou relacionados em uma licitação pode aumentar a eficiência na execução dos serviços gráficos. Isso permite que o fornecedor execute as tarefas de forma mais coordenada e otimizada, reduzindo a necessidade de mobilização e desmobilização frequente de recursos e equipamentos. Além disso, o agrupamento pode facilitar o planejamento e a gestão dos projetos gráficos.

b) Maior concorrência: ao agrupar itens, é possível atrair um número maior de fornecedores interessados, uma vez que o volume de trabalho é potencialmente maior e mais atraente para as empresas especializadas em serviços gráficos. Isso aumenta a concorrência entre os fornecedores, o que pode levar a melhores propostas e condições contratuais para o órgão licitante.

c) Padronização e consistência: o agrupamento de itens em uma licitação pode contribuir para a padronização e consistência dos serviços gráficos prestados. Isso ocorre porque um único fornecedor é responsável por executar um conjunto de tarefas relacionadas, o que facilita a manutenção de uma identidade visual coerente e a uniformidade na qualidade dos produtos gráficos produzidos.

5.4. Destaca-se que a contratação por grupo foi identificada como a melhor opção ao se analisar os processos de contratação de fornecedores de serviços gráficos para outros órgãos e entidades públicas. Ademais, na realização do levantamento de mercado, os fornecedores contactados informaram que a contratação de itens de natureza semelhante em um único gera economicidade para a administração pública, visto que o maior quantitativo de materiais possibilita aos fornecedores a oferta de descontos nas propostas comerciais.

5.5. Além disso, realizar a contratação por item acarretará maior trabalho para a futura equipe gestora da Ata de Registro de Preços, visto que serão muitos fornecedores para gerenciamento. A contratação em lotes/grupos gerará economicidade não apenas financeira, mas também de tempo, o qual poderá ser usufruído na gestão dos outros contratos de bens ou serviços relacionados à Coordenadoria de Comunicação Social da Ebserh.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, nos termos do preconizado no Regulamento de Licitações e Contratos - Ebserh.

6.2. Regime de execução adotado será: contratação por preço unitário.

6.3. Será utilizada a modalidade de licitação denominada Pregão, tendo em vista que o serviço a ser prestado enquadra-se na classificação de serviço comum, conforme preconizado no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no inciso IV do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

6.4. A prestação de serviços gráficos caracteriza-se como serviço comum, visto que pode ser objetivamente definido, conforme especificações, a fim de estabelecer o padrão de qualidade esperado, de acordo com as características usuais de mercado, sem variações de ordem técnica.

6.5. Em consonância com o inciso II do art. 125 do RLCE 2.0, será processada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que os itens em questão se enquadram especialmente nas hipóteses I, II e IV do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 de 31/12/2023, para melhor alocação dos recursos financeiros e viabilizar para a administração a prestação do serviço estritamente necessário para as atividades assistenciais, de ensino e de gestão administrativa da instituição.

6.6. Por ser um serviço que irá impor ao fornecedor o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, considera-se que o serviço a ser executado será de caráter não continuado.

7. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. **Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento:**

7.1.1. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente de ARP, que serão encaminhadas ao fornecedor juntamente com uma Ordem de Fornecimento, nos termos do documento (53404486), respeitados os quantitativos por participante, conforme edital.

7.1.2. As requisições serão feitas por correio eletrônico (e-mail).

7.1.3. Preferencialmente, o procedimento padrão será de emissão mensal de apenas uma Ordem de Fornecimento por fornecedor;

7.1.4. A unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês por motivos de sazonalidade na produção assistencial ou situações intempestivas que ensejam uma solicitação adicional.

7.2. **Local e prazos de entrega:**

7.2.1. As entregas dos materiais deverão ser efetuadas em até 7 (sete) dias úteis após a emissão da ordem de serviço, no seguinte endereço:

7.2.1.1. Órgão gerenciador:

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES (HUOL)

**SETOR DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E
SUPRIMENTOS
(ALMOXARIFADO CENTRAL - 1º ANDAR)**

AVENIDA NILO PEÇANHA, 620, PETRÓPOLIS, NATAL-RN

NATAL/RN - CEP: 59012-300

TELEFONE: (84) 3342-5124

DIA E HORÁRIO DE ENTREGA: Dia útil, das 8 às 17h

A área de carga e descarga de material é localizada na Rua
Almirante Barroso, Praia do Meio, CEP: 59010-110 - Lateral ao
Centro de Turismo de Natal

7.2.1.2. Órgão(s) participante(s):

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA (HUAB)

**SETOR DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E
SUPRIMENTOS DO HUAB/EBSERH**

AVENIDA RIO BRANCO, 571 CENTRO, SANTA CRUZ-RN

SANTA CRUZ/RN - CEP: 59200-000

TELEFONE: (84) 3291-2324 (RAMAL 4203)

DIA E HORÁRIO DE ENTREGA: de segunda a
quinta-feira das 7h30 às 11h e das 13h às 16h e na sexta-feira
das 7h30 às 11h e das 13h às 15h (entrega de materiais
preferencialmente pela manhã de 7h30 às 11h)

7.3. **Do recebimento e aceitação do objeto (recebimento provisório e definitivo):**

7.3.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente na Unidade de Comunicação Regional 6, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta, na documentação submetida à habilitação técnica e na nota de empenho.

7.3.2. A Unidade de Comunicação Regional 6 emitirá Termo de Recebimento Provisório nos termos do documento (53391927), e entregará à contratada por ocasião da entrega do material solicitado.

7.3.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade com as especificações contidas nesse Termo de Referência, e das quantidades solicitadas na ordem de serviço.

7.3.4. A Unidade de Comunicação Regional emitirá Termo de Recebimento Definitivo nos termos do documento (53391956), e enviará ao e-mail da contratada juntamente com a solicitação de emissão da nota fiscal para pagamento do material recebido e aprovado.

7.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com prazo de vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente da ARP.

8.2.1. A Nota de empenho terá força de contrato, conforme o art.152 do RLCE 2.0:

"Art. 152º - É dispensável a redução a termo do contrato, com sua substituição por documento equivalente:

III - nos casos em que a substituição por documento equivalente seja prática de mercado;

"§ 1º Para efeito deste artigo, constituem documentos equivalentes a carta-contrato, a autorização de compra, a ordem de execução de serviço, nota de empenho, ou qualquer outro documento que comprove a efetivação da despesa."

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato terá sua duração definida de acordo com o art. 149 do RLCE 2.0, inciso II:

"II - contratação por escopo, nas situações em que o fim contratual almejado consiste na entrega de objeto certo e determinado, extinguindo-se a relação jurídica com o alcance do resultado contratado."

9.2. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto licitado, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas;

9.3. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários;

9.4. No caso de formalização de ata de registro de preços, será designada a Equipe de Fiscalização de Ata de Registro de Preços (EFARP), responsável pelas atividades de gestão e fiscalização dos elementos de natureza pré-contratual e das contratações decorrentes da ata de registro de preços, nos termos do art.165 do RLCE 2.0.

9.5. Os elementos pré-contratuais sob gestão e fiscalização da Equipe de Fiscalização de Ata de Registro de Preços compreendem, inclusive, a troca ou substituição de marcas e produtos, a manifestação sobre a oportunidade de concessão de adesão e os impactos sobre eventuais alterações de preços ou cancelamento da ata, realizados com suporte da área de contratos.

9.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes das ARP consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

9.7. Nos termos do art. 161, caput, do RLCE 2.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

9.8. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.

9.9. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

9.10. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.11. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

9.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

9.14. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 161 ao 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

9.15. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.16. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.17. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem

perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 171 ao 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

9.18. A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.19. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos arts. 171 ao 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

9.20. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores/empregados, equipe de fiscalização ou único servidor/empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da ARP.

9.21. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a Contratada:

9.21.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.22. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.24. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.25. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

9.26. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.27. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.28. O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na entrega do material para imediata correção, sem prejuízo das sanções, em consonância com os arts. 168 ao 170 do Regulamento de Licitações e Contratos Ebserh;

9.29. A presença da fiscalização do CONTRATANTE não exime nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

9.30. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

10.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

10.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);

10.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 10.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;
- 10.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.4.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11. DA UTILIZAÇÃO DO SRP

- 11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
- 11.2. A vigência da ata é de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por igual período.
- 11.3. A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que traz:

"Art. 31. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo."

11.4. Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe:

"Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

11.5. Optou-se por permitir a adesão por entender que, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, consequentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão, desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

12.1. Critério de julgamento:

12.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço por grupo, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

12.2. Modo de disputa:

12.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO.

12.3. Intervalo entre lances:

12.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%

12.4. Condições de participação:

12.4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às condições de participação previstas no item 3 do edital;

12.5. Condições de habilitação:

12.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

12.5.1.1. Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.5.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta contratação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

12.5.1.2. Habilitação de regularidade fiscal de nível federal, de seguridade social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,

conforme o caso;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452/1943](#);

f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#).

12.5.1.3. **Habilitação de qualificação econômico-financeira:**

12.5.1.3.1. De acordo com o previsto no Edital.

13. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

13.1.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 30% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 1 ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

13.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

14. **DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

14.1. Proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) Nome comercial /marca;
- b) prazo de validade da propostas 90 (noventa) dias;
- c) prazo de validade (produto de fabricação diária);
- d) portfólio digital de serviços anteriormente prestados.

15. **CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

15.1. Para estimar o valor da contratação objeto deste Termo de Referência será verificada a estimativa de custos por intermédio de pesquisa de mercado.

15.2. Serão aceitos apenas os preços das propostas que se mostrarem iguais ou inferiores aos valores unitários do item estabelecido pela Administração Pública, conforme o disposto no art. 54 da Lei 13.303 de 2016 e no artigo 3º e 6º do Decreto nº 7.983 de 2013.

15.3. Conforme o art. 62 do RLCE 2.0 serão desclassificadas as propostas que:

- I - contenham vícios insanáveis;
- II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, quando for o caso;
- V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigida;
- VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

16. **DAS AMOSTRAS**

16.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja

presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.

16.1.1. A amostra será exigida somente na fase de classificação e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a etapa de lances, devendo ser precedida da análise preliminar dos documentos técnicos e de habilitação, conforme art. 6º da Norma Operacional - SEI n.º 4/2023/DAI-EBSERH.

16.2. O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.

16.3. O prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa, sendo necessário o aceite da EBSERH.

16.4. As amostras, quando solicitadas, deverão ser apresentadas juntamente com os descritivos técnicos originais, contendo a descrição detalhada em português do produto ofertado, sendo obrigatórias para a aprovação do item.

16.5. Caso necessário, a EBSERH se reserva no direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.

16.6. As amostras deverão ser apresentadas com as seguintes informações:

- a) "Amostra para Análise", além dos dados completos da referida amostra;
- b) Licitação: número da licitação e do item a que se refere;
- c) Fornecedor: nome, telefone e e-mail;
- d) Representante: nome, telefone e e-mail.

16.7. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais, contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente.

16.8. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas, bem como, o número do Registro do produto na ANVISA ou sua dispensa (quando for o caso), que deverá estar em conformidade com a amostra.

16.9. Quando as amostras não forem disponibilizadas pessoalmente a licitante deverá enviar para o endereço eletrônico, a ser informado pelo agente de contratação no chat do compras.gov, o código de rastreamento referente ao envio da citada amostra.

16.10. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Itens enviados;
- d) Telefone para contato;
- e) Número do Pregão;
- f) Data do envio.

16.11. A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto, oferecendo segurança durante a utilização, tanto para o paciente quanto para os profissionais durante o seu uso.

16.12. As amostras devem ser enviadas, quando solicitadas, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, em dias úteis, no endereço:

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES (HUOL)
SETOR DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E SUPRIMENTOS
(ALMOXARIFADO CENTRAL - 1º ANDAR)

AVENIDA NILO PEÇANHA, 620, PETRÓPOLIS, NATAL-RN

NATAL/RN - CEP: 59012-300

TELEFONE: (84) 3342-5124

A área de carga e descarga de material é localizada na Rua Almirante Barroso, Praia do Meio, CEP: 59010-110 - Lateral ao Centro de Turismo de Natal

16.13. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de 5 (cinco) dias úteis a contar do

recebimento do material.

16.14. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes.

16.15. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências na amostra do produto a ser adquirido, quando esta é exigida.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS

17.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 34 da Lei n.º 13.303/2016 e do art. 7º do RLCE 2.0.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A Contratada obrigará-se a:

18.1.1. cumprir fielmente a obrigação contraída, de modo que os serviços sejam prestados com esmero e perfeição, conforme estipulado neste termo de referência, sob pena de aplicação de multa e demais cominações;

18.1.2. Efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de consumo e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 4;

18.1.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0;

18.1.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante

18.1.5. Atender prontamente às reclamações referentes aos serviços prestados, sanando-as no menor tempo;

18.1.6. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto;

18.1.7. Observar o horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, em dias úteis, para entrega dos produtos no endereço informado no item 7.2.1;

18.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Contratante;

18.1.9. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso;

18.1.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.1.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

18.1.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

18.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.1.14. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

18.1.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

18.1.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

18.1.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do

empreendimento;

18.1.18. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

18.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

18.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

18.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

18.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.1.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

18.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

18.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.1.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

19. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

19.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

19.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

19.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

19.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

19.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

19.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

19.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

19.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

19.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

19.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

19.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

19.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

19.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD."

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 20.2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.3. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.
- 20.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 20.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 20.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 20.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.
- 20.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.
- 20.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 20.10. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 20.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 20.12. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.

21. **DAS SANÇÕES**

- 21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 21.1.1. **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.1.2. **Multa de:**
- 21.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual/total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual/total do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual/total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 21.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
- 21.1.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.**
- 21.2. As sanções de advertência e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.2.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

- 3 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 4 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
- 5 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.2.2. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

21.2.3. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.2.4. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.2.5. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

21.2.6. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

21.2.7. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.2.8. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

21.2.9. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

21.2.10. não mantiver a proposta;

21.2.11. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.2.12. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

21.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

21.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

21.4.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

22. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

22.1. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades, durante o período de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão do ateste da Nota Fiscal/Fatura, este é o mesmo previsto no Código de Defesa do Consumidor, sendo esta garantia imperativa, obrigatória, total, incondicional e inegociável;

22.2. O prazo de garantia especificado no **subitem 22.1** será iniciado novamente quando o Licitante Vencedor substituir o material defeituoso, mediante aceitação por Fiscal Técnico designado pela área competente da Ebserh para esse fim.

22.3. Durante o período de garantia, as despesas diversas e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta do Licitante Vencedor, não cabendo a Ebserh quaisquer ônus.

23. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

23.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

23.1.1. Quanto ao objeto, trata-se de entrega imediata dos bens, não abrangendo qualquer execução e obrigação posterior.

23.1.2. Quanto a onerosidade, a exigência de garantia pode representar um ônus adicional aos licitantes, o que pode limitar o número de interessados. Além disso, essa exigência pode resultar em um aumento nos valores da contratação, devido ao repasse dos custos da garantia para a Administração, comprometendo, assim, a economicidade na contratação.

23.1.3. Quanto aos riscos, foi identificado apenas riscos de baixa e média gravidade sugerindo que a entrega imediata dos bens pode ocorrer de maneira confiável, reforçando a viabilidade do processo licitatório sem a imposição de garantias. Ademais, os riscos serão prevenidos e contingenciados conforme Análise de Riscos - SEI 53391829.

24. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

24.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pelo HUUFMA:

(...)II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

24.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

24.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

24.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

e IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

24.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

25. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

25.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, **exceto** nas hipóteses previstas nos arts. 25, 26 e 27 do Decreto nº 11.462/2023 de 31/12/2023, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

25.2. Os preços registrados poderão ser reajustados, conforme as hipóteses mencionadas, a pedido da Contratada, desde que o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta seja respeitado, de acordo com o § 1º do art. 172, do RLCE 2.0.

25.3. O índice utilizado para os casos de reajuste em sentido estrito do preço registrado será o Índice Nacional de

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 17º, do Decreto nº 11.462/2023 de 31/12/2023.

27. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

27.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

27.2. A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

27.3. Assim, considerando que o objeto que compõem a pretensão contratual não é considerando de grande vulto e que é enquadrado como comum com características homogêneas, entendemos não haver qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes, havendo no mercado competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certamente, tanto em termos de quantidade e como de capacidade técnica.

27.4. Portanto, considerando as características do objeto, NÃO SERÁ ADMITIDA a participação de consórcios e cooperativas.

28. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

28.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

29. MAPA DE RISCO

29.1. A presente contratação prevê Mapa de Riscos a qual consta nos autos do processo.

30. PLANILHA DE CUSTOS

30.1. A presente contratação de serviços de gráficos se dará sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificando-se desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticado.

31. PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

31.1. Em atenção ao disposto no Art. 47 , 48 e 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#), modificada pela [Lei Complementar nº 147/2014](#), que trata da exclusividade de participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens licitados com valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e da cota de 25% do quantitativo licitado para tais empresas nos itens com valor total superior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), justifica-se a seguir:

31.1.1. Da não exclusividade para micro e pequenas empresas:

31.1.1.1. A Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014 assim dispõe:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.”

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”

31.1.1.2. O [Decreto nº 8.538/2015](#), que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal assim dispõe:

“Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

“Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.”

“Art. 10. Não se aplica o disposto no art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas

de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput , considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência."

31.1.2. Da justificativa:

31.1.2.1. Com fulcro na legislação vigente mencionada no tópico anterior e na especificidade do objeto licitado, justifica-se a não aplicação de exclusividade para Micro e Pequenas Empresas e nem o estabelecimento da cota de 25% neste processo de contratação. Isto porque utiliza-se o que preconiza Marçal Justen Filho para justificar que a utilização do tratamento diferenciado pode gerar contratações com valores superiores aos das grandes empresas fornecedoras, implicando na transferência desta majoração para os preços praticados pelas estatais, comprometendo a eficiência e economicidade da entidade empresarial. Se a empresa estatal for obrigada a pagar preços mais elevados para desenvolver a sua atividade econômica, haverá o comprometimento da sua capacidade competitiva.

31.1.2.2. Além disso, como o objeto da licitação é específico, a adoção da exclusividade ME/EPP pode restringir o mercado, trazendo um risco da licitação culminar em fracasso, o que geraria um grande prejuízo para a administração pública.

31.1.2.3. Por todo exposto e, com fulcro na legislação vigente, justifica-se a não aplicação de tratamento diferenciado para ME/EPP.

32. ANEXOS

- 32.1. I - Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 57234282);
- 32.2. II - Modelo de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens - SEI 189 (SEI nº 53404486);
- 32.3. III - Modelo de Termo de Recebimento Provisório (SEI nº 53391927);
- 32.4. IV - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 53391956);
- 32.5. V - Relatório (Externo) de Materiais Licitados (SEI nº 55667520).

33. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

33.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>João Pedrosa de Oliveira Neto</div> <div>Chefe da Unidade de Comunicação Regional 6</div> <div>Coordenador da EPC</div>	
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>Rozane da Silva Carvalho</div> <div>Analista Administrativo - Administração Hospitalar</div> <div>Integrante Requisitante da EPC</div>	<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>Suzana Tereza Araújo de Medeiros Campos</div> <div>Enfermeira Auditoria e Pesquisa</div> <div>Integrante Requisitante da EPC</div>
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>José Augusto Jesus da Costa</div> <div>Assistente Administrativo</div> <div>Integrante Requisitante da EPC</div>	

Portaria de Designação da Equipe de Planejamento: Portaria - SEI nº 45, de 20 de março de 2025 (47900676)

34. APROVAÇÃO

- 34.1. De acordo.
- 34.2. A presente contratação se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 34.3. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 34.4. Encaminhe-se à área competente para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Amancio Briozo

Gerente Administrativo



[de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Joao Pedrosa de Oliveira Neto, Chefe de Unidade**, em 04/03/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozane da Silva Carvalho, Analista Administrativo**, em 04/03/2026, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Augusto Jesus da Costa, Assistente Administrativo**, em 17/04/2026, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Amancio Briozo, Gerente**, em 17/04/2026, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57720644** e o código CRC **F751A7DF**.

Referência: Processo nº 23526.004890/2025-61 SEI nº 57720644